

três X quatro

Jornal da
FABICO
Maio/89

FABICO

LAUDA ÚNICA	ASSUNTO CRISE NA UFRGS	CORPO	MEDIDA
FOTO	REDATOR	RETRANCA	PÁGINA CAPA

123456789₁ 123456789₂ 123456789₃ 123456789₄ 123456789₅ 123456789₆

Em qualquer país do mundo os gastos com educação são considerados investimento prioritário.

No Brasil, este país de tantos contrastes, o governo parece raciocinar ao contrário, quando raciocina.

À medida que a crise econômica aumenta os gastos com educação vão sendo reduzidos. Como se a educação fosse um luxo. Vivemos uma crise econômica séria, é verdade. Mas cortar gastos na educação significa relevar o futuro do país a uma importância secundária. Condernar as futuras gerações a uma dependência permanente. O orçamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para este ano é menor do que o de 87. E só no ano passado a inflação bateu nos mil por cento. Mas o governo que é, em última análise, o maior responsável pelos desacertos econômicos do país não parece preocupado com isso. Se não houver revisão deste orçamento a universidade pára em julho. E depois? Essa resposta o governo deve ao país.

A
MAIOR
CRISE
DA
UNIVER
SIDADE
BRASI
LEIRA

Os 200 anos da revolução que mudou o mundo

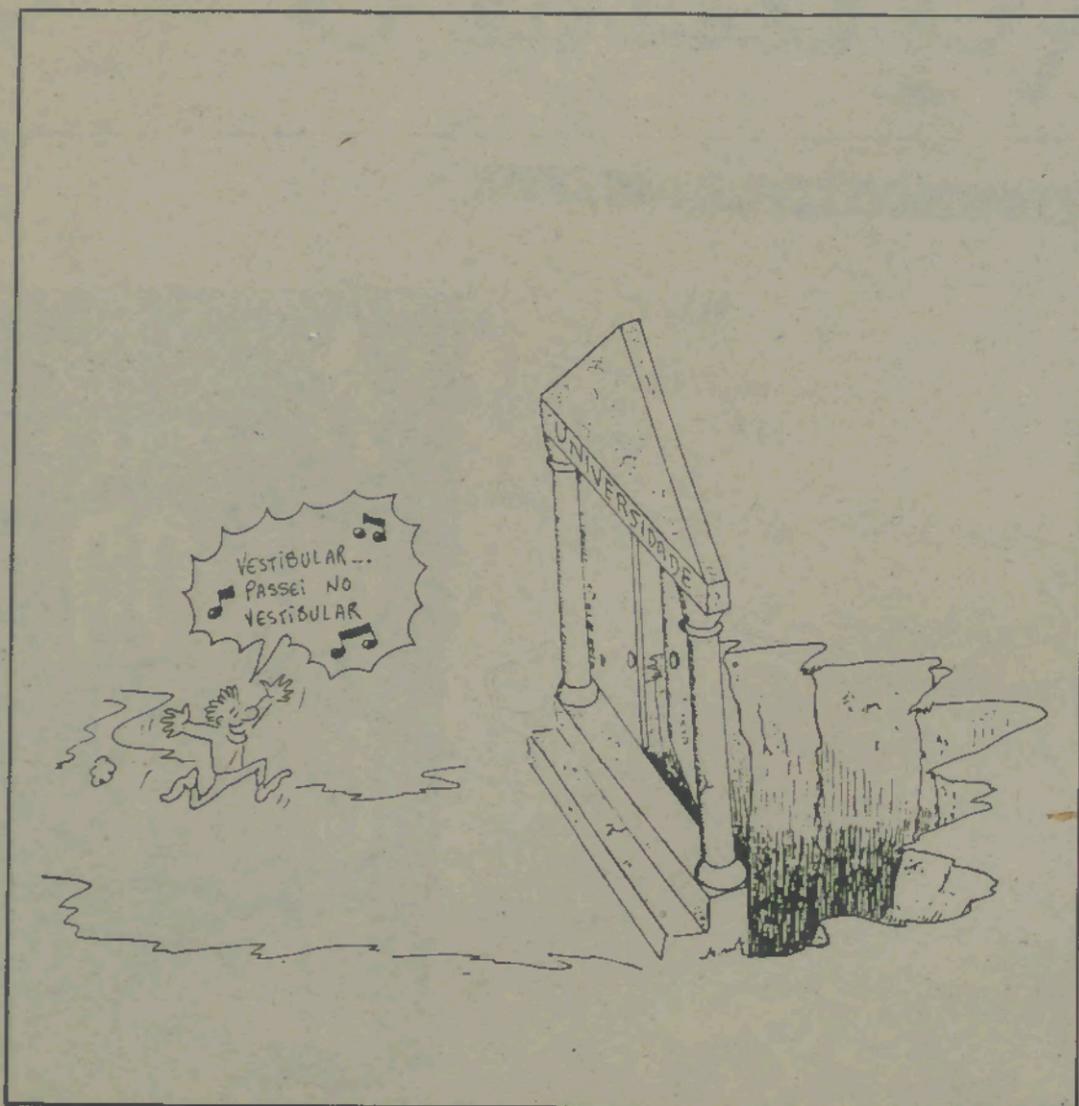
PÁGINA 4

Falta de dinheiro amplia busca da cura natural

PÁGINA 9

O gosto amargo do hamburguer multinacional

PÁGINA 12



A universidade resgatada

O jornal *Três por Quatro* estava fechado no início de maio, quando começou a greve dos professores, funcionários e alunos. Ao longo de 51 dias toda a Universidade Federal do Rio Grande do Sul lutou por mais verbas, lutou pela sobrevivência da Universidade.

Esta sobrevivência ficou garantida com o atendimento das principais reivindicações: destinação de 453 milhões de cruzados novos para as instituições federais de ensino e possibilidade de contratação de 760 professores e 1.340 técnicos para substituir os que se aposentaram, se demitiram ou morreram ao longo dos dois últimos anos.

A reivindicação de reposição salarial acabou não sendo atendida. De concreto os professores das Universidades Federais conseguiram apenas o aumento da gratificação por dedicação exclusiva, que passou de 40 para 50 por cento, e da passa-

gem de nível que aumentou de 4 para 5 por cento. Mas o importante, como ficou definido na primeira assembleia geral, a mesma que deflagrou a greve, era assegurar a continuidade do funcionamento da Universidade. E isso foi conseguido.

A grave crise da Universidade, retratada em mais de duas páginas deste *Três por Quatro*, está contornada. Ainda assim é importante que ela esteja presente neste jornal-escola e que ajude a refletir sobre o pouco caso que o ensino recebe neste país, onde a educação não é vista como um investimento e sim como gasto. Os governos, despreparados, parece que não percebem que a educação e o investimento em saúde são os únicos caminhos que podem levar o País ao desenvolvimento. Ou então não querem perceber porque existem outros gastos que rendem mais votos.

Jornal-laboratório dos alunos do sétimo semestre do curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Primeira edição do primeiro semestre de 1989, elaborada pela turma da disciplina de Produção e Difusão em Jornalismo Gráfico, sob a coordenação dos professores Aníbal Bendatti e Pedro Maciel.

Participaram desta edição: Andréa Cogo da Costa, Andréa Licht de Moraes, Ângela Baldino, Carla Bello Fialho, Clarice Gontarski Esperança, Cyro Silveira Martins Filho, Delorgel

Valdir Kaiser, Joel Antônio Klein, Marilene Franck, Marisela Capriles Vergara, Roberto Alejandro Wild, Valério Paganelli de Azevedo, Warner Bento Filho.

Chefe do Departamento de Comunicação: Ricardo Schneiders da Silva. Diretor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Blásio Hickmann.

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Rua Jacinto Gomes, 540, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Composição e Impressão: Gráfica da UFRGS. Fone: 23.5590

O orçamento da Ufrgs para este ano é proporcionalmente menor que os de 1987 e 1988. Esse dado, calculado pelo economista José Antônio Vilanova Filho, do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Ufrgs, dá idéia do recrudescimento da já tradicional crise da universidade. O corte de verbas asfixia ainda mais a vida econômica, sugerindo dúvidas sobre as condições da Ufrgs manter-se em funcionamento até o final do ano. A Universidade vive sob a ameaça de suspensão de todas as compras do giz das salas de aula até a aquisição de livros e periódicos para as bibliotecas, passando por sérias dificuldades nos restaurantes universitários e nos laboratórios.

O corte de verbas para as universidades é parte do esquema de contenção de despesas embutido no Plano Verão do governo José Sarney. Contraditoriamente, as universidades das regiões Norte e Nordeste do País receberam verbas especiais da União, e obras como a construção da Ferrovia Norte-Sul vão muito bem, obrigado. Junte-se aí a jornada que resultou na extinção do BRDE e teremos um quadro, no mínimo, intrigante. A impressão que fica é que o maranhense José Sarney está disposto a levar adiante uma política que joga a Região Sul do Brasil na gaveta do esquecimento econômico do Palácio do Planalto.

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a União Nacional de Estudantes e setores do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras apontam como saída a pressão sobre o Governo Sarney, com o objetivo de repor as verbas cortadas nos orçamentos das universidades.

Verão descongelado

O Plano Verão começou mal. Apesar dos preços congelados, a inflação do primeiro mês foi de quase 4%. Este índice só tem aumentado de lá para cá. No mês de abril, deve superar 7%. As principais causas deste índice, acima do esperado pelo governo, são os aluguéis e o vestuário. Num plano de congelamento de preços, a inflação seria, pela lógica, zero. Mas no Brasil, como sempre, lógica, ou até mão firme por parte do governo em controlar a economia, não existe. Como é possível um governo criar um plano de congelamento, bem pensado e analisado, e permitir que dê errado desde o começo? Mas como isso já ocorreu no Plano Cruzado, há três anos, o povo não acredita mais em tabela da SUNAB e sequer se dá ao trabalho de fiscalizar e denunciar as infrações.

Quem é o responsável, afinal? Certamente não é o trabalhador que além de contar os trocos para comprar o pão e o leite ainda é chamado a fazer um controle de preços que é obrigação do governo. Mas o que ocorre é que as industriais e empresas varejistas aumentam os preços como e quando querem por já saberem que o governo fecha os olhos e deixa passar. Para um capitalismo selvagem como o brasileiro parece não existir limites na exploração do trabalhador. A

exploração se torna maior ainda com os salários congelados. O responsável é o governo, que deveria defender os interesses da maioria trabalhadora, mas que congela seu salário e permite que todo o resto seja inflacionado. O governo implanta medidas e não é rígido o suficiente para que elas sejam respeitadas. Tanto que autorizou um realinhamento de preços em março, mesmo sabendo que esses preços já vinham sendo reajustados na indústria e no comércio.

Na segunda semana de abril, produtos alimentícios, de higiene e de limpeza também tiveram seus preços remarcados. A autorização foi do mesmo governo que queria uma inflação zero. A experiência anterior do governo já indicava que ele não teria capacidade de manter um congelamento de preços. O que se confirmou nos três primeiros meses do Plano Verão.

Na verdade, somente um item permanece congelado: os salários. O trabalhador, que no processo normal de reajustes já perdia poder aquisitivo, acabou ficando até sem uma lei salarial. Com isso, os salários estão com uma defasagem de vários meses e as greves aumentam em todo o País. O Plano Verão morreu e a conta está sendo cobrada dos trabalhadores. O governo faz de conta que não vê.

Inflação dispara preço do dólar no câmbio negro

Marisela Capriles

"Ninguém pode prever o que vai acontecer com o mercado paralelo. A única certeza que se tem é de que, com a inflação ainda existente, o cruzado vai ter que se desvalorizar em relação do dólar". Esta opinião é de Gilberto Simões Pires, professor de Pós-graduação na faculdade de Economia da UFRGS, comentarista da Rádio e na TV Guariba e corretor da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em Porto Alegre.

Segundo ele, o comportamento do mercado paralelo reflete a incerteza que o País vive na expectativa de uma nova maxi-desvalorização da moeda.

Com o Plano Verão, o mercado paralelo tem se comportado estranhamente flutuante, sofrendo variações de até 25% no prazo de uma semana depois de longos períodos de estancamento. Nos dias que antecederam o feriado de páscoa, por exemplo, o ágio com relação ao preço do dólar oficial chegou aos 95%, caindo para 70% depois do feriado.



Como o Plano Verão não representa uma situação estável, a tendência dos investidores é a de refugiar-se nos ativos, como o dólar e o ouro. "O dólar é um ativo contra a incerteza", afirma Pires, "as pessoas que negociam com o dólar livre acabam embutindo no seu

preço uma expectativa de desvalorização da moeda, numa proporção que a economia tem como inquietação".

Para Pires, um diferencial de 95% caracteriza uma situação de crise, onde fatores que não estão sob o controle do governo refletem a necessidade real do mercado. "Se o dólar se valoriza no câmbio livre de uma forma diferente da que o governo institui no câmbio oficial, é porque alguém está admitindo que existe uma irrealidade nesse câmbio controlado", assegura ele.

REMUNERAÇÃO

Um dos mitos com relação ao dólar paralelo é o de pensar que ele pode trazer lucro. Segundo Simões Pires, para quem compra o dólar e o guarda em casa, ele não tem rendimento nenhum, ele tem uma variação cambial que é uma mera especulação, variando mais ou menos com a taxa inflacionária, sem o resultado real que pudesse admitir o ganho.

Como o dólar não é um investimento, mas um ativo importante porque serve como defesa contra a inflação, não representa um perigo capaz de provocar fuga de capitais, a não ser que ele seja utilizado para depósito no exterior em conta remunerada. "E não haveria uma razão muito grande para investir em dólares", explica Pires, "porque existem outros ativos que podem embutir a desvalorização cambial com um rendimento, como, por exemplo, as antigas OTNs cambiais,

onde o investidor ganhava uma taxa do dólar mais um juro real".

CONTROLE

Para Simões Pires, é justamente pelo fato de ser controlado que o dólar acaba sendo negociado de uma forma paralela, sujeito a especulação e a interesses particulares, dizer que 90% de ágio é muito ou pouco aqui no Brasil é uma visão errada", afirma Pires. "É uma questão até de escassez; quem tem não vende por menos que isso. Pode não ser necessariamente falta, mas entesouramento da moeda".

Segundo ele, as nuances na vida do mercado paralelo do dólar são apenas medida das consequências do problema, que está no próprio déficit público e na situação de endividamento do país. "Somos um país inflacionário que depende do mercado externo e, para sermos competitivos precisamos desvalorizar nossa moeda", diz ele.

Pires opina que uma maneira de aliviar a especulação em cima do preço do dólar seria o câmbio duplo, isto é, uma parte dos valores exportados trabalharia com um dólar fixo e uma outra seria negociada livremente no mercado dentro dos preços da cotação do dólar.

"Esse seria um grande passo para nos colocarmos nos níveis dos países europeus", frisa ele, "onde as moedas circulam livremente. A alta de uma moeda em relação a outra se dá dentro do mercado e não através do controle do governo".

Mercado informal de trabalho ocupa cerca de dez milhões de brasileiros

Cyro Silveira Martins Filho

Jorge Marcílio Garcia Ribas tem 32 anos. Ele não possui emprego. Pelo menos não na forma característica, com carteira de trabalho assinada e beneficiado pela legislação trabalhista. Morando em um hotel miserável do centro da cidade, Jorge tira o sustento trabalhando como engraxate, durante o dia, e guardador de carros, à noite. Isso há dezoito anos. Antes, trabalhara em pintura industrial, no setor metalúrgico. Despedido, portador de defeito físico, não restou outra saída a não ser o biscate.

Jorge é apenas um dos multíssimos brasileiros a fazerem parte do chamado mercado informal de trabalho. Os dados mais recentes, do IBGE, são de 1982. Eles acusam 10 milhões de brasileiros em condição semelhante, ou seja, ligados ao setor informal da economia. De onde vem o fenômeno?

Segundo os estudos iniciados na América Latina durante a década de 60, o caráter excludente da industrialização então em curso resultou na expulsão de grandes contingentes de migrantes rurais. Estes vieram às cidades, onde, principalmente nas capitais, passaram a buscar meios de subsistência, impossíveis de encontrar na zona agrícola ou nas pequenas comunidades. O agravante da concentração de renda e a compressão salarial paralelos à industriali-

zação brasileira provocaram o ingresso de novas parcelas da população no mercado informal de trabalho, em busca de recomposição do orçamento. Formados por trabalhadores de pouca qualificação profissional, estas levam ficaram à margem do processo econômico, passando a dedicar-se, na maior parte dos casos, à prestação de pequenos serviços. É o "bico", o "biscate", e até mesmo a "trampa", a contravenção e o golpe.

SITUAÇÃO IRREGULAR

Jorge é um exemplo. Embora tenha estado engajado no setor formal. Outro caso é de Deoclides Ferreira, 35 anos, que há cerca de dez anos trabalha como pipoqueiro na Praça da Alfândega. Ou vendedor ambulante, como prefere ser classificado. Deoclides já foi marceneiro. Acossado pelos baixos ganhos e aproveitando uma indenização trabalhista, comprou o primeiro carrinho de pipocas. Hoje ele tem dois, um no Centro, onde atua durante a semana, e outro no Jardim Leopoldina, usado aos domingos. Mesmo que as vezes seja "um dia pelo outro", isto é, os gastos e lucros fiquem empatados, a maior queixa de Deoclides é sobre a irregularidade da situação a que está submetido. "Não se tem nenhum direito trabalhista. Todos os anos os fiscais vêm, prendem o carrinho. O cara vai, paga a multa, leva quatro a cinco dias para liberar e eles não regularizam a atividade", afirma, indignado.

Deoclides, agora no verão, tira perto de NCz\$ 6,00 por dia.

REFORÇO

Mas assim como existem os que dependem do setor informal para sobreviver, há aqueles que lançam mão de expedientes parecidos apenas para reforçar o parco orçamento. Foi

por essa razão que Sydney Cyrillo Guterrez começou a comercializar roupas. Digitador, ele hoje tem dois empregos que possibilitam uma boa renda mensal. "E estabilidade, segurança, essas coisas", completa. Mas há três anos, quando tinha 27, Sydney se viu obrigado a recorrer à venda de roupas de porta em porta, para garantir um padrão mí-

nimo de vida. Associado a um amigo, ele comprava confecções de atacadistas e revendia, com isso lucrando até 100% do valor pago. "Olha, pela liberdade de ação e pelo que se ganhava, valia a pena, tanto que meu ex-sócio hoje tem uma microempresa", diz. "Mas quando se tem família, filhos, a gente acaba escolhendo a segurança". Segurança representada por 13º salário, férias remuneradas, assistência médica, aposentadoria, essas coisas que o setor informal não oferece. "Sid" chegava a ganhar, conforme declara, o que hoje equivaleria a três vezes o salário fixo de uma empresa. Algo por volta de NCz\$ 450,00.

Situação diferente, embora com algo em comum, é a de Raquel, 24 anos, jornalista, formada há um. Raquel não conseguiu emprego na área de sua especialização, vendo-se forçada a manter um cargo em banco comercial que lhe fornecia "um dinheirinho a mais" enquanto estudava. E a fazer uma espécie de "bico" como free-lancer, sem vínculo empregatício, recebendo conforme a tabela da categoria, para editar o jornal de uma associação de funcionários públicos. Ainda que de extrato social diferente, conseqüentemente com outras expectativas e necessidades a serem satisfeitas, ela também se inclui na delimitação estabelecida pelo mercado informal de trabalho. Ou, como diz: "Sou uma biscateira com curso superior e tabela sindical".



A Economia esclarece

Ainda não é muito fácil um conceito para o chamado mercado informal de trabalho. Segundo a economista Beatriz Zago de Azevedo, da Fundação de Economia e Estatística, o setor é um conjunto de ocupações autônomas, sem vínculo trabalhista, que se contrapõe ao trabalho assalariado e ao recolhimento de encargos sociais.

De acordo com Beatriz, uma das poucas pessoas a terem realizado estudos a respeito do assunto, são três os segmentos que compõem a economia informal, conforme as exigências a que atendem. O primeiro teria como principal objetivo a criação de empregos, não passando de uma forma de atuar

que possibilita à população não-qualificada a sobrevivência. É o caso dos "biscates" tais como papelere e guardadores de carros.

A segunda divisão, diz a técnica, apresenta como principal característica a geração de renda. Nela atuam profissionais atrelados à economia formal, desempenhando funções que a indústria não pode ou não se interessa por desenvolver. Exemplos são os consertos de eletrodomésticos e veículos. Estas duas categorias, mais a economia invisível (que escapa ao controle legal, incluindo desde as atividades domésticas até a agiotagem e o tráfico) formam a economia informal, que no Brasil garante o sustento de 20% a população economicamente ativa.

Revolução Francesa - uma revolução que

• Ângela Baldino

Neste ano, comemoram-se os "200 anos" da Revolução Francesa. A par das festividades programadas, cabe fazermos uma análise sobre a importância que esta revolução teve para a humanidade.

Para a maioria dos historiadores, a Revolução Francesa foi o início de uma segunda fase da história da civilização ocidental moderna, liquidando com o sistema mercantilista e os remanescentes do feudalismo, estabelecendo a supremacia da classe média.

Na verdade a Revolução que eclodiu no final do século XVIII, mais precisamente em 1789, pôs por terra um sistema de poder político e econômico que já estava exaurido, encarnado no absolutismo do rei e na supremacia de uma aristocracia decadente.

CAUSAS ECONÔMICAS

As razões que levaram à Revolução Francesa foram principalmente de origem econômica.

A ascensão da classe média, emergindo como um novo grupo detentor de prestígio e poder, reivindicou para si privilégios políticos até então concedidos apenas para a nobreza. Em 1789, o comércio exterior da França alcançou a cifra de 1.153.000.000 de francos. Apesar disso, esta nova classe não tinha nenhuma influência na corte, não participava das honrarias e tampouco do direito ao voto. Além do que, os monopólios de que gozavam algumas companhias protegidas, a restrição à importação de produtos estrangeiros, o controle dos salários e o tabelamento de preços irritavam os industriais que encaravam a liberdade econômica como um paraíso a ser conquistado a qualquer preço.

Um dos representantes desta nova classe abastada foi Joseph Barnave. Político e partidário de uma monarquia constitucional, Barnave pertenceu à ala liberal e desempenhou um papel importante no princípio da Revolução, provando que o crescimento do poder econômico da burguesia, da qual era porta-voz, teve por consequência uma consolidação ideológica. As duas notas só foram publicadas em 1845 e constituiu como afirma Adam Schaff no seu livro História e Verdade, numa reflexão sociológica e não apenas histórica sobre a Revolução.

Precursor do materialismo histórico, Barnave introduziu na ciência a categoria das classes sociais retomada mais tarde por Marx.

Na "Introduction à la Revolution Française", Barnave descreve como uma das causas, a transformação das relações entre as classes sociais que ocorria em vários países da Europa, Inglaterra por exemplo. O desenvolvimento da indústria e do comércio apro-



ximou estas classes, criando um espírito de igualdade entre os homens.

No período que antecedeu a Revolução, a população francesa era dividida em três grandes classes ou "estados". A primeira o clero, a segunda a nobreza e a terceira o povo. O primeiro Estado era constituído de duas categorias diferentes. O clero superior — composto por cardeais, arcebispos, bispos e abades. Viviam na abundância e representativa 1% da população total. Detinha 20% de toda a terra, sem falar nas riquezas compostas de castelos, obras de arte, ouro e jóias. Apoiava o absolutismo real como forma de manter as suas regalias. O clero inferior — formado pelos padres das paróquias. Pobres, simpatizavam com o homem comum. O segundo Estado dividia-se também em duas castas subordinadas. Os nobres da Espada — remanescentes dos suseranos feudais da Idade Média. Também apoiavam o despotismo do rei. Os nobres da Toga — formavam a inteligência progressista das classes superiores. Vários deles como Montesquieu, Mirabeau e Lafayette desempenharam papel importante na Revolução.

A luta de classes foi originada dos privilégios do clero e da nobreza no que cerne ao pagamento de impostos. O clero estava isento. A nobreza valeu-se de sua influência junto ao rei para obter a isenção de tributos diretos. Em consequência disso, o déficit público recaía sobre o povo e, como este nada possuía, eram os camponeses e a burguesia obrigados a fornecer recursos para sustentar o governo.

Apesar de sua importante reflexão histórica, Barnave inter-

pretou a Revolução Francesa sob o enfoque da classe a que pertencia, a da burguesia, ignorando os fatos que procediam do terceiro estado (o povo) — dos camponeses e dos operários manufatureiros.

De acordo com Mme. de Stael Hostein, filha do grande financeiro Necker, em sua obra publicada em 1818 "Consideration sur les principaux événements de la Revolution Française", a revolução foi provocada não só pela transformação da posição social da nova classe, mas também pela miséria do camponês, consequente da arbitrariedade, do poder e da cobrança de impostos, causando explosão e violência na Revolução.

Esta afirmativa é contestada no livro publicado em 1926 por Franz Funck Brentano "L'Ancien Régime", que estudou particularmente o problema da classe rural do século XVIII. A tese de Brentano é a seguinte: "Qualquer que tenha sido a opinião expressa por Arthur Young sobre a agricultura francesa no fim do Antigo Regime, não se pode negar que ela tenha aproveitado, a partir do meio do século XVIII, do grande movimento que arrasou toda a França para um futuro novo, pelos progressos realizados em todos os domínios da atividade nacional. Os camponeses compram terras em todos os pontos do país: é uma verdadeira paixão de possuir. As terras são pagas mais do que valem... Debaixo da influência agrícola... melham-se processos, trazem-se da Inglaterra máquinas agrícolas; os prados artificiais se multiplicam..." A conclusão de Brentano é que a partir da metade do século XVIII, os camponeses eram prósperos e desenvolvidos.

Em outro estudo, do francês Henri Sée, prova que as revoltas camponesas, só irromperam depois de 14 de julho (a tomada da Bastilha), mas precisamente depois de 4 de agosto de 1789, quando os camponeses exigiram a extinção dos direitos senhoriais e a cobrança dos dízimos.

Finalmente, Barnave considera como última causa econômica, a guerra vitoriosa da América contra a Inglaterra, que repercutiu na França os ideais de liberdade espalhando-as até no exército. Apoiada financeiramente pela França, esta guerra provou um tal crescimento nas despesas que implicou num colapso financeiro. Em 1786, a dívida pública alcançou um total equivalente a 600 milhões de dólares e crescia cada vez mais de ano para ano. A receita não pagava sequer as amortizações do capital. A solução dada por Luis XVI foi a de lançar novos impostos e teve como consequência imediata o início da Revolução Francesa.

AS FASES

O professor de história da Rutgers University, Edward MacNall Burns, considera que a Revolução Francesa constituiu-se por três grandes fases. A primeira de junho de 1789 a agosto de 1792, cujo marco principal foi a tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789 e representou o final do poder absolutista do rei. A segunda fase, considerada a radical, durou dois anos e constituiu no período mais violento de toda a Revolução. Luis XVI foi submetido a julgamento e decapitado. Os massacres de setembro de 1792 e o chamado regime do Terror de 1793 a 1794 executaram cerca de 20.000 cidadãos franceses.

De acordo com Burns a terceira e última fase da Revolução teve uma pequena importância em comparação com as outras duas. Foi um período de estagnação, de corrupção generalizada e de cinismo. Os membros do governo interessavam-se mais pelas oportunidades de proveito pessoal do que pelos planos brilhantes dos filósofos para recompor o mundo.

Finalmente, a 9 de novembro de 1799, encerra-se a era da Revolução Francesa. O acontecimento que assinala este fim é o golpe de estado dado por Napoleão Bonaparte. Embora para alguns historiadores a Revolução Francesa só terminou no final do primeiro ciclo Bonaparte.

As confrontações das análises decorrentes destes estudiosos, concluem que a verdade objetiva é quase impossível na ciência da história, levando em conta que a verdade histórica é o resultado de uma interpretação filosófica do momento sempre sujeita a revisionismos.

A Revolução Francesa para alguns representou várias revoluções (pelo menos duas: a de 1789 — primeira fase e a de 1793 — segunda fase) e para outros, uma revolução inacabada. Em face de que, hoje, no final do século XX, as necessidades (causas) que fizeram eclodir a Revolução Francesa nunca estiveram tão presentes. A miséria do terceiro mundo financiando os países do primeiro mundo, encontra povos em busca de identidade e nacionalismo, com um sistema econômico e uma ideologia de classes ultrapassadas. O que o planeta necessita realmente, é uma verdadeira "Revolução" onde uma nova ordem econômica, social e política possa surgir para o bem da humanidade.

Ainda não acabou

"Para que rebente uma revolução, é necessário que as classes inferiores sofram de um terrível mal-estar ou uma grande opressão. Mas é necessário também que tenham um princípio de força e, por conseguinte, de esperança".

As causas intelectuais

Para que um movimento possa atingir as proporções de uma verdadeira revolução é necessário que se apoie numa teoria composta por idéias que forneçam um programa de ação e uma visão gloriosa da nova ordem a ser instaurada.

As causas intelectuais da revolução francesa foram conseqüências do Iluminismo. Esse movimento produziu duas interessantes teorias políticas que vêm exercendo influência até os dias de hoje. A primeira foi a teoria liberal de Locke, Voltaire e Montesquieu. A segunda foi a teoria democrática de Rousseau. Embora sejam fundamentalmente opostas, possuem alguns pontos em comum. Ambas se baseiam na premissa de que o estado é um mal necessário e de que o governo é alicerçado sobre uma base contratual. Defendem os direitos naturais do indivíduo, porém discordam na interpretação da soberania popular.

O pai da teoria política liberal dos séculos XVII e XVIII foi John Locke (1632-1704), se bem que as suas teorias já tivessem sido apresentadas pelas obras de John Milton, James Harrington e Algenon Sydney. A filosofia política de Locke está exposta no seu livro publicado em 1690 intitulado "Segundo Tratado do Governo Civil", desenvolveu neste livro uma teoria de governo limitado, justificando o novo sistema de governo parlamentar estabelecido na Inglaterra como resultado da Revolução Gloriosa. Segundo ele, todos os homens vivem originalmente num estado natural em que prevaleciam a liberdade e a igualdade absolutas no qual não existia governo de espécie alguma. Como cada um tentasse impor os seus próprios direitos, os resultados inevitáveis seriam a confusão e a insegurança. Conseqüentemente, os indivíduos convieram estabelecer uma sociedade civil, instituir um governo e ceder, a este, certos poderes.

Poucos filósofos políticos têm exercido mais influência do que Locke no mundo. Não só as doutrinas dos direitos naturais, do governo limitado e do direito de resistência à tirania foram uma fonte importante da teoria da Revolução Francesa, como também delas derivam quase todo o fundamento teórico da revolta colonial americana contra a opressão britânica.

Nos dias de hoje, na América Latina, o liberalismo vem ocupando espaço e tornando-se pensamento comum de algumas classes dominantes. Mário Vargas Llosa no Peru, e o surgimento do Partido Liberal no Brasil são exemplos

claros do pensamento liberal decorrente do Populismo e da ditadura que varreu a América Latina nas décadas de 50, 60 e 70 e, também do fracasso do socialismo da China e União Soviética como forma de organização social.

Na França, os porta-vozes da teoria Liberal foram Voltaire (1694-1778) e o Barão de Montesquieu (1689-1755). Voltaire dedicou a sua vida à luta pela liberdade intelectual, religiosa e política. Considerava a ortodoxia cristã como o pior dos inimigos da humanidade. Porém não foi um democrata, a sua forma ideal de governo constituiu-se numa monarquia esclarecida ou numa república dominada pela classe média sem a participação das massas.

O Barão de Montesquieu, sem dúvida, é considerado, pelos cientistas políticos como um dos grandes filósofos políticos do século XVIII. O seu célebre "Espírito das Leis", introduzem novos métodos e novas concepções na teoria do Estado. É dele a teoria da separação dos poderes em três ramos: o poder legislativo, o judiciário e o executivo. De acordo com a teoria de Montesquieu, o único meio eficaz de impedir a tirania é capacitar cada ramo do governo a agir como um freio para os outros dois. Instituiu ainda, o "impeachment" do legislativo sobre o executivo.

O segundo dos grandes ideais políticos que constituiu parte importante dos fundamentos intelectuais da Revolução foi o ideal da democracia de Rousseau. Em contraste com o liberalismo, a democracia se interessava, e ainda hoje se interessa, pelos direitos da maioria. Em seu significado histórico ela é inseparável da idéia de soberania das massas. Embora hoje, liberalismo e democracia sejam usados como se fossem expressões sinônimas, na sua origem, entretanto, eram ideais perfeitamente distintos. A democracia histórica também incluía a crença na igualdade natural de todos os homens, a oposição aos privilégios hereditários e uma fé inabalável na sabedoria das massas.

As mais significativas obras de teoria política de Rousseau são o "Contrato Social" e o "Discurso sobre a origem da Desigualdade". Defende em ambas a tese do naturalismo humano, o qual, em contraste com Locke, considera um verdadeiro parasita. Porém, para garantir os direitos de cada um, é necessário organizar uma sociedade civil e ceder todos estes direitos à comunidade mediante um contrato social. Foi assim que nasceu o Estado.



A miséria do Ensino Público

• Roberto Wild

"É lamentável que se chegue a um ponto em que uma universidade antiga e de bom nível como a UFRGS — e outras do País — esteja nessa situação de miserabilidade".

(Professor José Fraga Fachel, Pró-Reitor Substituto da Comunidade Universitária da UFRGS)

As universidades públicas brasileiras estão em crise. Especialmente as federais, que em todo o país lutam pela sobrevivência. Os problemas principais — falta de verbas, insuficiência de professores e funcionários — põe, a curto prazo, em risco o funcionamento de diversas instituições. Pesa sobre elas, ainda, a ameaça da demissão de funcionários e docentes, anunciada pelo Governo Federal em seu "Plano Verão". Para tentar solucionar essas dificuldades, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) vem se reunindo em Brasília com o Ministro da Educação, Carlos Sant'Anna. Está em jogo o futuro do Ensino Público no País: ou o Governo Federal assume sua obrigação de manter o Ensino Público e gratuito — expressa na Constituição Federal — ou as universidades públicas terão que fechar suas portas.

A UFRGS se encontra na mesma situação que a maioria das universidades do País: de miserabilidade. Falta de professores nas salas de aula e de funcionários especializados nos diversos setores, principalmente na vigilância e limpeza. Inexistência de material de consumo de primeira necessidade (papel higiênico, papel para xerox, giz). Diversos setores vitais ameaçados de fechamento, como os Restaurantes Universitários (RUs), o posto de atendimento da Faculdade de Farmácia no Cam-

O orçamento destinado às universidades federais pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) é composto por três tipos de verbas, com finalidades específicas:

Recursos de Pessoal — pagamento de professores e funcionários, encargos sociais (FGTS, PIS) e a variação legal do mês (avancos, progressões).

Outros Custeios e Capital (OCC) — luz, água, telefones, xerox, papel, giz, insumos para laboratórios, material de limpeza, manutenção de Bolsas Trabalho, monitorias e estágios, manutenção dos restaurantes Universitários, Casas de Estudante, creches e demais prédios da Universidade.

Recursos de Capital — aquisição de livros, revistas e reequipamento de laboratórios de Ensino e Pesquisa.

O índice que mede os "recursos disponíveis" é a razão OCC/Orçamento geral. Historicamente, esse índice vem sendo diminuído gradativamente pelo Governo Federal e atingiu o valor de 2,25%, quando deveria atingir os 15%, prometidos desde 87.

Ano	OCC/Orçamento Geral(%)
1973	27
1984	10
1988	4,3
1989	2,25

pus do Vale e a Editora da Universidade.

Para o Pró-Reitor de Planejamento (PROPLAN), professor Edmundo da Rocha Vieira, os recursos disponíveis para o corrente ano totalizam NCz\$ 150 milhões para Pessoal, NCz\$ 3,2 milhões para Outros Custos e Capital e Custeios NCz\$ 349 mil para Capital (ver quadro) e "chegam para manter o status quo", não permitindo manutenção ou ampliação dos prédios da universidade ou investimentos em pessoal.

RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS

Dentro da crise da Universidade, os Restaurantes Universitários (RUs) tem sido o principal foco de polémicas. Seu fechamento atingirá diretamente 5,6 mil usuários diariamente, entre professores, funcionários e alunos. Segundo o Pró-Reitor da Comunidade Universitária (PRUNI), professor José Fraga Fachel, somente os quatro RUs — com seus preços

congelados desde janeiro/88 — já consumiram 25% dos recursos da UFRGS para 89. "Nossa previsão é muito sombria, porque assim será impossível manter uma série de coisas funcionando. Uma delas é a manutenção dos RUs. Se não vier mais verba do Governo, só poderemos aguentar a situação até junho", afirma o professor Fachel.

A solução alternativa buscada pela administração da Universidade é a tentativa de um acordo com os usuários dos restaurantes no sentido de estabelecer um novo preço para a refeição. "Af diminuiria o déficit e minimizaríamos a crise", explica Fachel. Para o professor Edmundo (PROPLAN), essa medida viabilizaria outras atividades essenciais da Universidade. A proposta de reajuste enfrenta, no entanto, dois obstáculos imediatos: o congelamento de preços do "Plano Verão" e o posicionamento da comunidade universitária contra o reajuste.

O Secretário Geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE), José Carlos Garcia, afirma que os estudantes, principais atingidos pelas medidas, sempre lutaram por um Ensino público e gratuito. "Isso é dever do Estado, garantido pela Constituição. Qualquer valor, qualquer taxa, descaracteriza o Ensino gratuito e, portanto, público", explica José Carlos. Segundo ele, é nítida a intenção do Governo de acabar com as universidades públicas do País, "e não é o repasse do déficit dos RUs para nós usuários que vai tirar a Universidade da crise".

A partir de 13 de abril/89, Dia Nacional de Lutas pelo Ensino Público e Gratuito, proclamado pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) União Nacional dos Estudantes (UNE) e Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), as instituições federais de ensino superior do País iniciam sua efetiva luta pela sobrevivência. Além da situação econômica das universidades, serão debatidas as questões ideológicas pertinentes: Qual é a função da universidade e a quem serve? Que universidade, que sociedade queremos? A autonomia da universidade e poder deliberativo da comunidade sobre priorização e distribuição de verbas.



RUs: a bandeja vai pro brejo

Por Warner Bento Filho

No início do semestre, a Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Pruni) apresentou ao Conselho Universitário três propostas para a contenção de despesas imposta pelo corte de verbas promovido pelo Plano Verão. Uma delas era o fechamento dos restaurantes universitários. No começo de abril não tinha mais janta nos RUs do Vale e do Básico, e o restaurante da Agronomia fechava as portas aos sábados.

A proposta evoluiu, depois, para o aumento das taxas dos RUs. Atualmente cada refeição custa para a Universidade de NCz\$ 0,75, conforme informações do gerente geral dos RUs da Ufrgs, Paulo Peres. Neste preço não estão incluídas as despesas com pessoal

e outros insumos como energia. Os 75 centavos representam apenas o custo dos alimentos em cada bandeja. Uma refeição dos RUs é composta de uma porção de arroz, feijão, salada, carne, sobremesa (quase sempre fruta) e outra porção que varia geralmente entre polenta, purê de batatas ou macarrão.

Contra os atuais NCz\$ 0,01 cobrados, Paulo Peres propõe uma taxa mínima de NCz\$ 0,25 para aqueles que têm renda de zero a cinco salários mínimos. Este preço passaria depois para NCz\$ 0,50 (seis a dez salários) e para NCz\$ 0,75 para quem ganha mais de dez salários mínimos. Os quatro restaurantes da UFRGS - Vale, Agronomia, Básico e Centro - servem, em média, um total de 5.600 refeições por dia.



Se faltar o alimento do corpo, imagine como ficam os espíritos

"NEM UM PILA"

Entre os estudantes, a proposta de aumento das taxas não é bem recebida por todos. Gilda Maria Torres, acadêmica do curso de Direito, diz que "se a universidade é pública, os RUs não podem cobrar". Para ela, os estudantes não deveriam pagar "nem um pila" pelas refeições, "que não são nenhuma maravilha". Gilda lembra que a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) vive os mesmos problemas financeiros da Ufrgs e extinguiu toda e qualquer taxa, inclusive as do RU. A estudante considera que existe uma má aplicação das verbas disponíveis e pensa que se a Reitoria usasse com mais seriedade os recursos de que dispõe poderia "perfeitamente" manter abertos os RUs sem cobrar nada pelas refeições.

A posição é semelhante à do Diretório Central de Estudantes (DCE). Sérgio Goberti, representante discente no Conselho Universitário e diretor do DCE, concorda que a verba é mal aplicada, mas adverte que os "estudantes não podem aceitar o papel de gerir a crise da universidade". Para o estudante, o ônus político do "tira daqui e bota ali" deve ser assumido pela Reitoria.

Por outro lado, Sérgio Goberti avalia que "é impossível" resolver a crise da Ufrgs internamente, embora considere necessária uma revisão na organização da universidade. O fundamental, porém, para a diretoria do DCE, é pressionar o governo José Sarney no sentido de cancelar os cortes de verbas para as universidades orquestrados pelo Plano Verão. A avaliação, segundo Goberti, encontra ecos dentro do Conselho Universitário, mas não evolui: "O reitor e os conselheiros reclamam do Governo Federal mas não tomam nenhuma medida concreta para pressioná-lo".

Por enquanto, os RUs vão funcionando "como dá", nas palavras de Paulo Peres. Ele deve levar a proposta de aumento das taxas para ser discutida com os Diretórios Acadêmicos, mas adianta que a Pruni não quer impor nenhuma medida. "Estamos abertos ao diálogo", afirma ele. Mas adverte que com a taxa atual "é impossível manter o funcionamento dos RUs".

Não há opção para quem almoça fora

Por Clarice Esperança

Procurar uma alternativa para os RUs é brincadeira. Afinal, com NCz\$ 0,01 não dá para comprar nem uma ficha telefônica num boteco qualquer de esquina. Para quem não dispõe de mais grana, um provável fechamento dos Restaurantes Universitários vai contribuir para aquela dietinha, tantas vezes adiada, para não falar em jejum mesmo.

Qualquer refeição num bar mais ou menos habitável não custa menos de NCz\$ 1,20. E os lanches, tipo xisburger ou bauru, estão em torno de NCz\$ 0,80 a NCz\$ 1,00. Quem almoça os cinco dias da semana fora gasta, no mínimo, por mês, NCz\$ 20,00. E comendo mal.

CHURRASCO, PASTEL E COMIDA NATURAL

Próximo à FABICO, exis-

tem várias opções. Tirante o inevitável BAR DA LENA, com seu atendimento personalíssimo, alternativas é que não faltam. Começando até pelas duas Churrascarias próximas que servem porções entre NCz\$ 2,00 e NCz\$ 5,00. Cuidado só com os gatos esfomeados que passeiam entre as mesas. Continuando pela Jacinto Gomes, uma boa dica é o Pastelfest, que vende pastéis entre NCz\$ 0,35 e NCz\$ 0,50. E na esquina com a Venâncio, tem canja, sopa de carne e almoço no Bar Karina. As sopas ficam em NCz\$ 0,70.

Para lanches naturalistas, o Zé do Pão vende croissants, sanduíches, panquecas e pizzas integrais. Preço máximo: NCz\$ 0,70. Na Osvaldo Aranha, tem o Zé do Passaporte, considerado um dos melhores cachorros quentes

da cidade. E na Fernandes Vieira, a lancheria Lan-X. Na Lancheria do Parque, aquele buffet esperto, para quem é bom dos intestinos, sai por NCz\$ 1,40. Mais adiante, no Petit Four, o prato especial custa NCz\$ 1,80 e o tropical, NCz\$ 1,20. O velho e o bom Ocidente serve almoço para o pessoal badalativo de POA. O cardápio é naturalista, sem carne, a NCz\$ 1,40. Idem para a Colméia, só que lá o preço é NCz\$ 1,60 e o público é menos "inteligentzia". Para terminar, o Lola cobra NCz\$ 1,20 pelo almoço.

ÁREA DO CAMPUS CENTRO

Próximo ao RU da João Pessoa, as melhores alternativas são mesmo os bares das Faculdades. No Direito, Economia e no Filosofia (perto da Reito-

ria) sempre tem bons pratos a preços menos salgados. Para quem não gosta, restam poucas opções. O Pampulha cobra de NCz\$ 2,00 a NCz\$ 3,20 por um almoço. Mais adiante tem o Nico's e a Sorveteria Decolores. Na rua Avaí, o bar Avaí. Os preços não passam de NCz\$ 1,50 nos três. Já perto da Osvaldo Aranha, a Casa de Sucos Tropical vende um sanduíche de presunto a NCz\$ 0,55 e o Mariu's tem um buffet a NCz\$ 1,50. Um pouco mais adiante, a Lancheria Ponto II serve almoço a NCz\$ 1,20. Quem quiser caminhar um pouquinho, pode ir até a Associação Macrobiótica, no centro. Lá tem pratos fartos por menos de NCz\$ 1,00. O problema é que não dá para falar muito alto no refeitório nem levar doces. Quem entrar lá com um picolé, por exemplo, vai ser delicadamente convidado a se retirar do recinto.

VO EA M Q

Veja aqui onde almoçar gastando pouco

• ÁREA PRÓXIMA DA FABICO

GALETO CHURRASCARIA MINUANO - Rua Venâncio Aires, 1121.
CHURRASCARIA SANTA HELENA - Rua Venâncio Aires, 1121.
PASTELFEST - Rua Jacinto Gomes, 65.
BAR LANCHERIA KARINA - Rua Venâncio Gomes.
ZÉ DO PÃO - Rua Venâncio Aires, 1121.
BAR LANCHERIA LUAR e ZÉ DO PASSAPORTE - Rua Venâncio Aires, 1121.
Bonifácio.
LAN-X - Rua Fernandes Vieira, 666.
LANCHERIA DO PARQUE (ou BAR DO MARIU'S) - Rua Venâncio Aires, 1086.
PETIT FOUR - Av. Osvaldo Aranha, 978.
OCIDENTE - Esquina da Av. Osvaldo Aranha e Rua João Teodoro.
COOPERATIVA COLMÉIA - Rua João Teodoro.
BAR LANCHERIA LOLA - Av. Osvaldo Aranha, 1086.

• ÁREA PRÓXIMA AO RU DO CENTRO

RESTAURANTE PAMPULHA - esquina da Rua Venâncio Aires e Rua Avaí.
BAR E RESTAURANTE AVAÍ - Rua Avaí, 1086.
CASA DE SUCOS TROPICAL - Rua Sarmento Leite, 1086.
SORVETERIA DECOLORES - Av. João Teodoro, 1086.
MARIU'S - Av. Osvaldo Aranha, 228.
LANCHERIA PONTO II - Av. Osvaldo Aranha, 1086.
ASSOCIAÇÃO MACROBIÓTICA - Rua Manoel de Medeiros, 1086.
Centro.



A rapa de tacho da UFRGS

Por Luis Antonio Klein

Quem consegue passar pelo vestibular da UFRGS já pode se considerar parte de uma elite. Principalmente quando se sabe que a maioria da população brasileira mal consegue ultrapassar os bancos da escola primária. Acontece que dentro da elite universitária existe um grupo de pessoas nem tão abençoadas por Deus.

"A gente chega na UFRGS por um desvio da natureza, por pura teimosia". Assim pensa Rosângela Schulz, 24 anos, formada em Licenciatura de História e cursando o Bacharelado. Segundo Rosângela, ela deveria estar trabalhando desde pequena, como a maioria das pessoas de sua classe. Pobre. Não tão pobre como grande parte, mas pobre. Do tipo que os pais fazem todos os esforços para dar aos filhos um futuro melhor.

DIFICULDADES

O estudo universitário, por mais eficiente que seja, exige grandes investimentos em matéria de livros, materiais e até mesmo de tempo. E aí começam os problemas daqueles que não têm as melhores condições econômicas.

"Me sinto uma incapaz, o professor pede 4 ou 5 livros e meus colegas compram. Nem pra tirar xerox na hora a gente consegue", desabafa Rosângela.

Ma se não tem dinheiro, e não tem o papai para financiar, o jeito é ir trabalhar. É o que faz Maria Goretti, 25 anos, formada em Licenciatura de Matemática e cursando Arquitetura. Atualmente ela trabalha no DMAE, mesmo assim seus problemas continuam. "Pra conseguir condições de estudo a gente começa a trabalhar. Trabalhando, a gente fica cansada e não sobra muito tempo para estudar".

Mário Cladera, 30 anos, cursando Artes Plásticas e trabalhando, não pensa como Goretti. O caso é que ele trabalha justamente na sua área, fazendo esculturas e dando aulas em seu atelier. "Faço a Faculdade mais devagar, mas tenho certeza que o fato de trabalhar na minha área me dá um pique muito grande. O que não acontece com os meus colegas, que pegam o canudo e não sabem o que fazer".

CARÊNCIA

Mas a Universidade Federal não se mantém insensível aos seus pupilos menos favorecidos. Existe um programa de assistência social que prevê uma ajuda através de moradias estudantis e de refeições subsidiadas nos Restaurantes Universitários, os RUs.

"Ninguém sobrevive comendo no RU. A própria UFRGS está formando uma geração de subnutridos",

reclama Rosângela. Marisela Capriles, 22 anos, estudante de Jornalismo concorda com ela. "A comida é mal balanceada, só estufa e dá sono, mas logo fico com fome". Como grande parte dos estudantes, Marisela só come no RU por falta de dinheiro ou de tempo.

Na verdade a comida do RU é muito barata, sem trocadilhos. Apesar da dita cuja já ter sido encontrada várias vezes nos bandejeiros. Custava 1 centavo.

Rosângela acha que ela vale o preço que é pago, "porque ela é muito ruim", ironiza. Ela entende que a questão é política mas diz que as pessoas deveriam lutar não para impedir que o preço suba, mas para que melhore a qualidade da comida.

Mesmo com preços tão baixos, cada vez aumenta mais o número de pessoas, moradores da Casa do Estudante da João Pessoa, que estão co-

zinhando em seus quartos. Um dos motivos para isto, além da baixa qualidade da comida subsidiada, é o fato de que os RUs não funcionam nos fins de semana.

COZINHA IMPROVISADA

Imagine um recinto de no máximo 3x4 metros, onde duas pessoas convivem diariamente. Onde elas dormem, estudam e exercem suas outras atividades diárias. E ainda por cima cozinham. O malabarismo é grande para conseguir manter este ambiente minúsculo em condições de habitabilidade.

O cheirinho da comida pode até mesmo atrair quem passe pelos corredores da Casa do Estudante. Mas o cheirinho também fica dentro do minúsculo quarto. "Os livros ficam gordurosos, a roupa fica cheirando à co-

mida. Todo o quarto fica impregnado", queixa-se Rosângela.

Mas os problemas de cozinhar num quarto da Casa do Estudante não ficam por aí. "É um verdadeiro malabarismo. A gente tem que estar sempre cuidando para não cair comida nas camas. Tem que tirar o material de estudos da escrivaninha, que serve como mesa. A louça tem que ser imediatamente lavada, para que haja condições de se estudar", diz Mário Cladera.

Maria Goretti lembra também a total falta de condições de higiene para a confecção dos alimentos. "A comida tem que ser lavada na pia dos banheiros, isto sem falar nas panelas e na louça". Segundo ela existe um pacto entre os moradores que fazem comida e os que não fazem. Uns prometem não deixar restos de comida para não entupir o ralo da pia, outros prometem não deixar fios de cabelo ou de barba.

Goretti lembra também o perigo existente no fato de que os botijões de gás ficam dentro dos quartos. "Tá certo que a maioria tem daqueles botijões pequenos, porque não tem nem espaço pra uma infra-estrutura maior, mas o perigo existe".

PAZES

Apesar de todos malabarismos, da falta de condições higiênicas, o pessoal parece não querer abrir mão das suas cozinhas improvisadas. "A gente tem muitas dificuldades, mas mesmo assim eu gosto de transar uma comidinha especial, me dá prazer. Afinal, a gente tem contato com o mundo da burguesia, e fica mal acostumado", brinca Mário. Rosângela fala do clima de solidariedade que se forma entre os vizinhos. "Existe uma comunidade culinária. A gente vai no quarto de um e pede um pouco de açúcar. Ou então alguém convida pra provar um prato especial que fez".

Marisela chega a filosofar sobre o assunto, falando que a alimentação coletiva, com os vizinhos, é uma "coisa tribal, que demonstra uma identificação, uma afinidade. Ninguém convida alguém que não gosta para participar de uma coisa tão íntima, como é o ato de se alimentar". É claro que Marisela muitas vezes é obrigada a dispensar alguns vizinhos escalados, atraídos pelo cheiro de sua comida.

"Como a Casa do Estudante abriga pessoas dos mais diversos lugares, com costumes diferentes, há muito espaço para o intercâmbio". Segundo Goretti, isto se reflete também na culinária que é feita na Casa do Estudante. Ela mesma já aprendeu a fazer um peixe à baiana, ou mesmo um prato típico Uruguaio.



Na mesa, os ingredientes da sopa de letrinhas.

OCET EMFO MEDE QUE?

onde você pode
stando muito

NUANO - Rua Jacinto Gomes, 591.

ENA - Rua Jacinto Gomes, 365.

mes, 65.

mes, 1121.

DO PASSAPORTE - Osvaldo Aranha c/José

mes, 666.

BAR DO MEIO, ou COMPRIDO) - Av. Osvaldo

Aranha, 978.

Osvaldo Aranha com a João Telles.

Rua João Telles, 524.

Osvaldo Aranha, 924.

Aranha, 978.

Osvaldo Aranha com a João Telles.

Rua João Telles, 524.

Osvaldo Aranha, 924.

D CENTRO

esquina da Av. João Pessoa com a André da Rocha.

Rua Avaf quase esquina com a João Pessoa.

Rua Sarmento Leite quase esquina com a Osvaldo

Aranha, 978.

Av. João Pessoa, 155.

Aranha, 228.

Osvaldo Aranha, 500.

Aranha - Rua Marechal Floriano, 22 térreo - fundos -



Por Warner Bento Filho

Capim, folhas de cenoura e de beterraba e cascas de batata. Estas são algumas das alternativas que a nutricionista Selanira Kuback sugere aos estudantes, caso confirme-se o fechamento dos RUs. Selanira presta serviços para a Oliveira. Lá ela não usa nenhum destes ingredientes, mas para os estudantes - que precisam arranjar substitutos rápidos e baratos para as refeições dos restaurantes universitários - diz que estas são as melhores opções. Segundo a nutricionista, existem vários estudos sobre o valor nutritivo do

capim provando que o vegetal é rico em vitaminas e proteínas.

As maneiras de prepará-lo dependerão da criatividade de cada estudante, mas ela já adianta uma: bolinhos de capim. Refoga-se o capim, pica-se-os (ou coloca-se no liquidificador até formar uma pasta uniforme) e junta-se farinha de trigo (para dar consistência). Depois, com as mãos, faz-se bolinhas mais ou menos do tamanho de uma bola de sinuca. Para finalizar a receita, pode-se fritar ou assar os bolinhos. Sal e temperos a gosto.

Já as folhas de cenoura e de beterraba, assim como as cascas de

batata, são ricas em vitaminas. "E não custam nada", comenta Selanira. Ela explica que nas bancas à volta do Mercado Público as folhas de cenoura e de beterraba são desprezadas e vão para a lata de lixo. Assim, durante um passeio pelo centro ou até mesmo ao descer do ônibus, qualquer

estudante pode dar de mão nas folhagens e preparar uma bela refeição. As folhas podem ser ingeridas mesmo cruas pelo aluno apressado, ou podem ser preparadas usando muita imaginação. Cascas de batata tampouco precisam ser compradas. Qualquer lan-

cheria que sirva batatas fritas pode fornecer as cascas sem qualquer custo.

Todas estas alternativas podem ser enriquecidas com proteína de soja, que igualmente é de preparo simples e rápido. O macarrão também é apontado como alternativa viável, para variar o cardápio. Os ovos aparecem como boa sugestão e entram nas receitas para possibilitar nutritivos omeletes. Por fim, Selanira dá uma dica: pode-se juntar todos estes ingredientes e fazer uma boa sopa, bastando apenas acrescentar água e deixar cozinhar. Bom apetite!

A crise que a universidade enfrenta também atingiu a editora da UFRGS. A situação é crítica e por falta de verbas a editora está ameaçada de fechamento. Em 1988 foram lançados trinta obras. Para esse ano, a previsão é de apenas dez lançamentos.

Editora da UFRGS: a luta para não fechar



Por Jaime Neumann

A editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul enfrenta uma grave crise financeira, capaz de provocar o seu fechamento a médio prazo, caso o problema não seja resolvido. Segundo o diretor da instituição, professor Sergius Gonzaga, os recursos financeiros da editora provêm diretamente do Ministério da Educação. "Estamos sem orçamento para o ano de 89, a Universidade não dispõe de verba específica para a editora". A UFRGS paga os salários dos quinze funcionários, mas não existe dinheiro para a edição de livros.

Apesar dessa situação, a editora não trabalha com prejuízo. No ano de 88 foram lançadas trinta obras, sendo vinte e seis títulos inéditos e 4 reeditados. Para 89 a previsão é de editar 10 livros inéditos e reimprimir 3 títulos. Essa diminuição da produção exemplifica a situação da editora, mesmo assim o professor Sergius afirma que os recursos foram duplicados no último ano devido a adoção de uma política de distribuição mais eficiente, aumentando os recursos. Alguns livros são vendidos por preços menores que o seu custo real, uma vez que o dinheiro fornecido pelo MEC possibilita subsidiar as obras. Isso faz com que os preços da Editora sejam menores do que nas livrarias.

POLÍTICA EDITORIAL

Os títulos publicados pela editora da UFRGS são, em sua maioria, voltados a assuntos de interesse acadêmico. O professor Sergius diz que a editora prefere que sejam professores da Universidade, mas que isso não impede a publicação de livros cujos autores não estejam vinculados à UFRGS. "Qualquer um que tenha um bom original pode ser publicado", diz o diretor da instituição.

"Existe um público para consumir nossos livros", afirma Anajara Closs, coordenadora do setor de divulgação da editora e responsável pelo projeto Ponto de Encontro, que consiste em convidar pessoas ligadas à cultura para se reunirem na livraria e discutir assuntos da atualidade, num clima de informalidade. De acordo com Anajara, o projeto iniciará quando for publicado o livro "A Inconfidência Mineira".

No momento, o carro-chefe da editora é a coleção Síntese Universitária, que apresenta os grandes temas da Ciência, História, Cultura e Arte de uma forma clara e acessível. Até o momento são dezesseis livros publicados, sendo que o mais vendido é "A Legalidade, último levante gaúcho", de autoria do professor Joaquim Felizardo. Esse livro já vendeu mais de mil exemplares e de acordo com Sergius Gonzaga, ele está sendo utilizado na campanha de Leonel Brizola à Presidência da República.

COMUNICAÇÃO

A direção da editora reconhece que são poucos os livros sobre Comunicação editados por ela. Mas, segundo o professor Sergius, isso acontece porque os professores da FABICO não escrevem. Contrariando essas explicações, ainda este ano serão publicados pela editora da UFRGS os livros: "Políticas Culturais no Cone Sul", de Sérgio Caparelli e "Abecedário da Comunicação Visual", de Joaquim Fonseca.

O setor do vestuário não congela preços



Roupas extremamente caras

Por Carla Bello Fialho

O Plano Verão trouxe mais uma vez o congelamento ao mercado brasileiro. O setor do vestuário, entretanto, lança os preços baseados em seus próprios cálculos, sem levar em conta a ausência de correção nos salários. Uma calça "jeans" nas lojas Salem, custava no inverno de 88, de NCz\$ 12,00 a NCz\$ 15,00 e é vendida hoje a NCz\$ 70,00. Um blusão de lã, nesta mesma loja, saía por NCz\$ 9,00 e agora passou para NCz\$ 50,00 ou NCz\$ 60,00. Estes produtos sofreram um acréscimo médio de 572%.

Enquanto isso, a taxa de inflação dos últimos 12 meses foi de 1.301% e o restante do Piso Nacional de Salários (PNS), de 924%, segundo dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Somente nos meses de janeiro e fevereiro de 89, inflação acumulada chegou a 76,41%, mas os salários se mantiveram congelados.

FALTA DE CONTROLE

As explicações para a falha do congelamento no setor do vestuário diferem, segundo análise de cada segmento, produção, comércio ou técnicos econômicos. O professor de Economia Industrial na PUCRS e analista de conjuntura econômica na FEE, Edson Marques Moreira, afirma que são dois os principais fatores para o fracasso do controle de preços nas roupas: a sazonalidade do produto e a grande atomização do mercado.

"O Plano Verão congelou os preços no dia 15 de janeiro, atingindo todos os produtos existentes no mercado, mas, no caso das roupas, somente as de verão estavam à venda", explica Moreira. "Quando muda a estação", completa, "tem-se novo produto e passa-se a ter novo preço". Ele diz que este valor é calculado com base nos custos de produção e na margem de lucro dos fabricantes e

varejistas. Segundo Moreira, não há como o governo controlar os aumentos porque os tecidos e os fios de inverno são diferentes dos utilizados nas roupas de verão. O problema da atomização do mercado, para Moreira, é que "há todo tipo de malharias, confecções esportivas, sociais, e o controle é feito quando as indústrias são grandes e poucas (monopólios e oligopólios) como as de remédios, eletrodomésticos e automóveis". Ficaria, assim, extremamente difícil para o governo tentar vigiar todas as confecções.

POR BAIXO DO PANO

As confecções acusam as tecelagens de inflacionarem o setor. Maria Cristina Panatieri, gerente financeira da confecção Transa de Pano, diz que, na compra de tecido ou aviamento novo, as fábricas mudam a marca ou tornam a embalagem mais luxuosa, cobrando por ela "como um ágio por baixo do pano". Maria Cristina afirma que as fábricas também diminuem o prazo de pagamento de 60 para 30 dias, mas o lojista não compra se não puder



pagar em 30, 45 e 60 dias. Desta forma, a confecção se vê obrigada a acrescentar ao produto um custo financeiro, criando uma bola de neve.

Edson Moreira afirma que o lojista também é um grande responsável na elevação do preço, porque ele coloca até 500% em cima daquele praticado pelo fabricante. Já Vânia Rolim, proprietária das Lojas Primo Uomo e Fior di Pelle, diz que a dificuldade de controle não se dá tanto pela remarcação que o lojista faz e sim pelas condições em que ele recebe e paga a mercadoria. Vânia conta que a reposição de estoque de um mesmo produto em 15 dias já não é feita mais com os mesmos custos e torna-se impossível para o varejista manter uma tabela perante o consumidor. Ela exemplifica: "Uma camisa masculina que pode ser usada no verão e no inverno (sem modificações de padrão ou tecido) custava, em dezembro, a preço de confecção, de NCz\$ 45,00 a NCz\$ 50,00 e hoje sai por NCz\$ 100,00".

DIFICULDADE PARA CONGELAR

Segundo Carlos Rolim, também proprietário das lojas Primo Uomo e Fior di Pelle, o varejista mantém a mesma margem de lucro e a variação se dá no preço de reposição, chegando a 30%, 40% e até 50% ao mês. O casal também acha difícil buscar na origem a forma de controle, pois "existem desde grandes empresas até tricoteiras de funo de quintal e o governo não tem capacidade, nem financeira nem de pessoal para fazer a fiscalização necessária".

O congelamento no setor do vestuário torna-se inviável, ou pelo menos muito difícil, diante de tantas argumentações, como conclui Moreira, o governo faz a tomada de preços par o índice de inflação, mas não o controle sobre os aumentos neste setor.



A pesquisa pede socorro e o paciente recorre à Natureza

Por Joel Antônio Ferreira

CIÊNCIA

Em ambiente de abandono e crise de ciência o tratamento natural ganha espaço nos consultórios e conquista a preferência popular.

Dezenas de vidrinhos de remédio espalhados por prateleiras empoeiradas, um ruído seco de batidas na madeira e um cenário de desolação: cerca de 20 pessoas matrapilhas, algumas em idade avançada ou com crianças no colo, sentam-se nos bancos ou encostam-se nas paredes. Todos aguardam a sua vez.

Assim é um típico dia de consulta com o médico Voltaire Fróes, num humilde Centro de Saúde localizado ao Leste da Capital gaúcha. Lá, o médico exerce uma atividade filantrópica, num misto de farmacêutico, boticário e curandeiro popular, criando suas próprias técnicas de cura. Fróes atende gratuitamente, apesar de possuir um bem montado consultório no Centro da Cidade, onde poderia enriquecer facilmente a se julgar pelo preço das consultas cobradas por seus colegas, médicos naturalistas bem sucedidos.

Ele realmente crê que da natureza vem a vida e que nela, e especialmente nas plantas, encontra-se a energia mágica da cura. Mas qual a opinião da ciência diante dos métodos empíricos utilizados por alguns médicos e profissionais da área de farmácia?

Dálmio Moraes, farmacêutico, biólogo e pesquisador independente, garante que da flora brasileira não se tem catalogado nem 10%. Proprietário de uma farmácia de produtos naturais e acusado por muitos de ser um visionário, propagandista de panacéias e criador de fórmulas mirabolantes, Dálmio compartilha da crença popular na cura pelas plantas, sem efeitos colaterais ou danos à saúde.

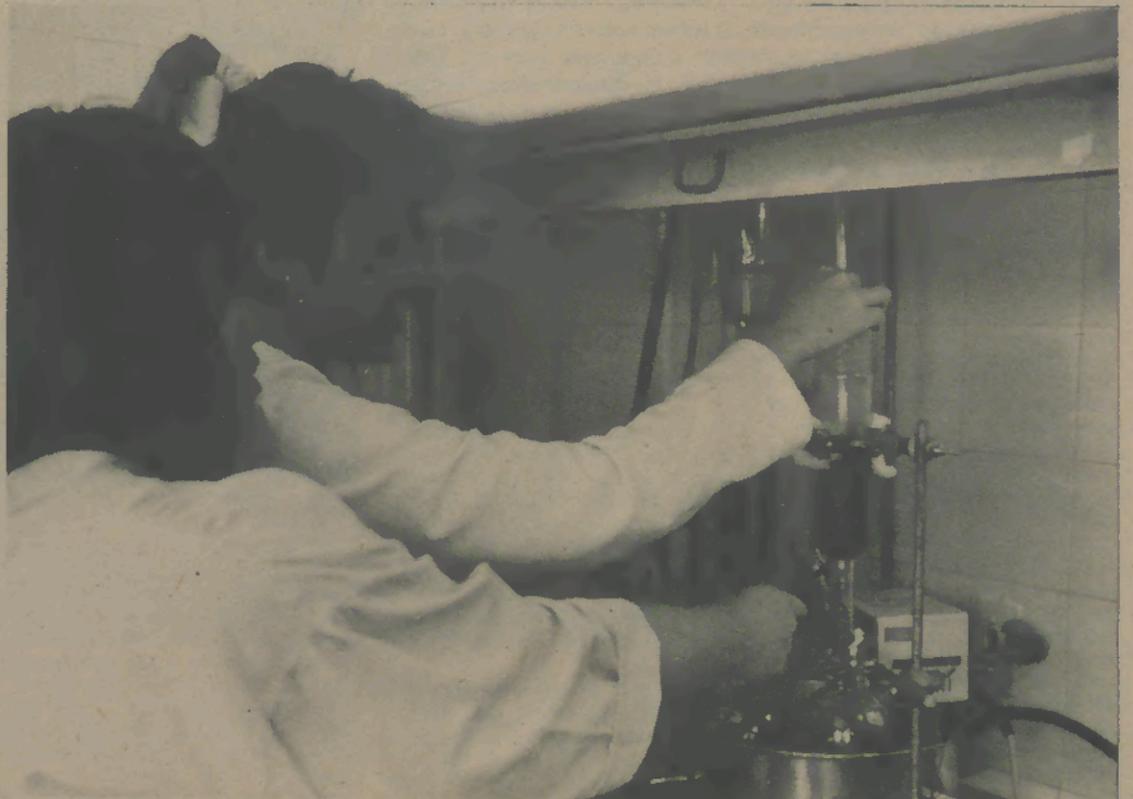
Na Faculdade de Farmácia, a mais antiga da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), se questiona estas afirmativas embora se reconheça, também, os pobres recursos destinados à pesquisa no País. Segundo a farmacêutica Stela Maris Kuzer Rates, que desenvolve uma tese de doutorado sobre plantas medicinais e ministra um curso sobre o uso destas mesmas plantas junto aos alunos de graduação, este tipo de pensamento pode ser muito perigoso.

A maioria das plantas consagradas pela cultura popular tiveram confirmadas suas propriedades benéficas, mas muitas delas, após exames técnicos, comprovaram a presença de agentes farmacológicos altamente tóxicos e capazes de trazer danos irreversíveis à saúde humana.

Apesar de suas divergências quanto ao uso indiscriminado de plantas medicinais, Stela, rodeada de aparelhos que não funcionam, num acanhado laboratório no primeiro andar da Faculdade, onde funciona o curso de pós-graduação, reconhece que a medicina natural ainda tem, no Brasil, um papel muito importante.

José Ângelo Zuanazzi, segundo-anista do curso de mestrado e bolsista do Centro de Apoio à Pesquisa e ao Ensino Superior (CAPES), órgão ligado ao Ministério da Educação, concorda com esta afirmativa. Ele entende que, diante da impossibilidade dos órgãos competentes em fazer cumprir a Constituição, que garante o atendimento médico a todos os brasileiros, a medicina natural e até mesmo a automedicação no uso de plantas, surge como um paliativo dos menos danosos.

Como todo pesquisador, Zuanazzi mostra-se esperançoso quanto ao resultado de suas pesquisas mas reconhece as carências do meio onde vive. "A pesquisa



no Brasil é inicial, não há a mínima tradição. O nosso farmacêutico ficou na era do Boticário, não acompanhou a industrialização, sufocado pelas indústrias estrangeiras." Zuanazzi mostra vários aparelhos em desuso, às vezes, pela simples falta de uma peça que não existe no mercado nacional.

CRISE

A observação daquilo que se chama laboratório de pesquisa fitoquímica na Faculdade de Farmácia, mostra-nos a imagem de desolação do sistema. Vidros quebrados, aparelhos importados empoeirados pelo desuso, instrumentos improvisados, bem ao gosto do famoso jeitinho brasileiro. Mas quem acha que os problemas terminam por aí está muito enganado. Mesmo aqueles produtos básicos, existentes em qualquer país subdesenvolvido do planeta, não constam no vocabulário da pesquisa universitária gaúcha na Faculdade de Farmácia.

Um cromatógrafo a gás, aparelho utilizado para comparar as colorações das mostras fitoterápicas (de plantas) está parado simplesmente pela falta de revelador. Um terço das lâmpadas do laboratório estão queimadas e nada garante que serão substituídas, devido à contenção de despesas na Universidade e lentidão burocrática das grandes administrações.

Os interruptores foram comprados pelos próprios estudantes, cansados da espera pela aquisição de acessórios tão simples. O curso já não tem mais clorofórmio, a lâmpada ultravioleta, também utilizada na revelação da cromatografia, está queimada. O aparelho shoxlet usado na separação de extratos está estragado, mas o vidreiro da Universidade prometeu ver o que poderia fazer para substituir o tubo de vidro original, que quebrou. Um outro aparelho que tem vidro rachado está sendo mantido em uso mediante o uso de esparadrapos.

Os alunos mais dedicados compram produtos essenciais. Dentre eles, um que não quis se identificar, associou-se a um professor para limpar uma bomba de vácuo. Um comprou o óleo e o outro o solvente. "O que estragar aqui por diante não há como repor", queixa-se.

Mesmo dentro dos serviços de medição, os mais sofisticados têm que ser enviados à Europa, França ou Alemanha geralmente, para que só então, de posse destes números, o pesquisador possa continuar seus estudos, em condições heróicas.

Com todos esses problemas, as farmácias de manipulação e os entrepostos continuam fazendo fregueses, enquanto o velho boticário do início do século, renasce nos farmacêuticos que, cansados das deficiências técnicas dos laboratórios científicos, debruçam-se sobre os balcões das drogarias e após uma breve análise, receitam plantas e unguentos milagrosos, baseados na ciência ancestral do dia-a-dia.

A ética do marceneiro Abramo

"Sou jornalista, mas gosto mesmo é de marceneiro. Gosto de fazer móveis, cadeiras, e minha ética como marceneiro é igual à minha ética como jornalista — não tenho duas. Não existe uma ética específica do jornalista: sua ética é a mesma do cidadão. Suponho que não se vai esperar que, pelo fato de ser jornalista, o sujeito possa bater carteira e não ir para a cadeia.

Onde entra a ética? O que o jornalista não deve fazer que o cidadão comum não deve fazer? O cidadão não pode trair a palavra dada, não pode abusar da confiança do outro, não pode mentir. No jornalismo, o limite entre o profissional como cidadão e como trabalhador é o mesmo que existe em qualquer outra

profissão. É preciso ter opinião para poder fazer opções e olhar o mundo da maneira que escolhemos. Se nos eximimos disso, perdemos o senso crítico para julgar qualquer outra coisa. O jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista.

Evidentemente, a empresa tem a sua ética, que é a dos donos. Pode variar de jornal para jornal, mas o que os jornalistas deveriam exigir seria um tratamento mais ético da empresa em relação a eles e a seus colegas. Isso não tem acontecido. É preciso uma atitude muito ética dentro da redação: os chefes e os responsáveis pelo jornal têm de dar o exemplo, ao pes-

soal mais novo, senão é o caos. Um chefe de redação que tolera hipocrisia e golpes baixos contra funcionários do jornal perde a ética e o direito de usar essa palavra.

A resolução da questão ética depende também do que o jornalista considera como seu dever de cidadão. Caso ele saiba de algo que põe em perigo a pátria, que põe em perigo o povo brasileiro, o dever de cidadão deve se refletir na profissão. O limite do jornalista é esse, ou seja, o limite do cidadão. Se um médico souber que estão preparando um golpe de Estado, ele tem obrigação de contar, se for contra. Se for a favor, ele não tem obrigação. A ética do jornalista, portanto, é um mito que precisa ser desfeito".

Trecho extraído do livro "A regra do jogo", de Cláudio Abramo.



Exigências de consumo da juventude desafiam regime socialista de Fidel

Por Delorgel Kaiser

A Revolução Cubana completou 30 anos em janeiro. Venceu a fome e a miséria e conquistou para o cubano um nível de vida invejável entre os demais do Terceiro Mundo. O turismo ressurgiu em larga escala. O desafio do regime, agora, é preparar a população para o convívio diário com estrangeiros. A juventude de Cuba demonstra sinais evidentes de inquietação. O contato com o turista, depois de três décadas de isolamento do País, está despertando nos jovens uma necessidade de consumo que o socialismo de Fidel Castro ainda não alcançou.

Há 30 anos, um advogado grandalhão, um médico argentino asmático e um punhado de guerrilheiros esfomeados e subnutridos juntaram-se para acabar com a alegria de um tirano que governava uma república do Caribe. Além de atrasada e subdesenvolvida, a tal república funcionava como paraíso da Máfia. Por isso, ninguém levou a sério aquela aventura. Nem mesmo os Estados Unidos, para quem a ilha não passava de uma colônia de férias, com belas praias tropicais.

Cuba foi o cenário desta história, e os protagonistas, Fidel Castro Ruiz (o advogado), Ernesto "Che" Guevara (o médico), Camilo Cienfuegos e outros. O vilão era Fulgêncio Batista, um dos ditadores mais sanguinários do planeta. A aventura resultou na criação da primeira república socialista das Américas, que permaneceu isolada do Ocidente durante três décadas.

Hoje Cuba está quebrando as últimas barreiras que a separavam do resto do mundo. O turismo ressurgiu em larga escala. O desafio do socialismo cubano agora é preparar a população para o convívio com estrangeiros. O embargo decretado pelos países capitalistas contra Cuba não conseguiu sufocar a Revolução. A miséria e a fome foram erradicadas. E os dados sobre o bem-estar da população são impressionantes: assistência médica gra-

tuita em todos os níveis, expectativa de vida acima dos 72 anos, salário mínimo de 110 dólares (NCz\$ 110,00 pelo câmbio oficial), educação e esporte de graça para todos.

AFINIDADES

Apesar de todas essas conquistas sociais, Cuba não pode ser considerada a "ilha da fantasia". A vida lá é dura e difícil. O racionamento atinge todos os produtos. Cada trabalhador tem direito a uma cota anual de dois pares de sapato para trabalhar, dois para passeio, quatro calças e quatro camisas. Os alimentos também são racionados.

O luxo e o requinte estão ausentes da sociedade cubana. Mas o povo é alegre e educado. Existe fila para quase tudo, mas você não precisa entrar nelas. Basta perguntar quem foi o último a chegar e avisar que você é o próximo. Ninguém tomará o seu lugar, nem mesmo na fila do ônibus.

Cubanos e brasileiros se parecem em muitas coisas. Empatam, por exemplo, na cor da pele, na paixão pelo carnaval (comemorado em Cuba no mês de julho), no gosto pela música e pela dança. O cubano também vibra com as novelas, aprecia piadas e "mojito" (uma caipirinha à base de rum e hortelã).



Fidel Castro discursa em Havana, na passagem dos 30 anos da Revolução

Não há analfabetismo em Cuba. O País tem mais de 1.800 livrarias e imprime quatro livros para cada habitante, em um ano. Quem gosta de cinema pode ficar em dúvida ao ter de escolher uma entre as 535 salas de projeção em 35 mm. Para os que preferem a dança, a opção é o Balé Nacional de Cuba, dirigido por Alicia Alonso, cujos espetáculos figuram entre os melhores do mundo.

A fim de que se tenha uma idéia do que representam os números relacionados até agora, basta tomar o Rio Grande do Sul como parâmetro de comparação. A renda per capita dos gaúchos de US\$ 3.050, é duas vezes maior do que o da ilha, que possui mais habitantes: 10,25 milhões contra 8,9 milhões aqui. Quanto às livrarias, o Estado abriga 300. E consome 10% do total de exemplares editados pelo Brasil - 15 milhões em 1988. O ter-

ritório rio-grandense é de 2,5 vezes maior do que o de Cuba. Mas o incentivo que os cubanos dão à cultura é extraordinário.

INQUIETAÇÃO

Em todos os discursos que fez durante as comemorações dos 30 anos da vitória socialista, em janeiro, Fidel Castro enfatizou o "profundo" sentimento de solidariedade internacional da juventude cubana. Teria sido esta a razão que motivou 350 mil cubanos, entre 18 e 25 anos, a prestarem serviço voluntário em Angola, Etiópia, Namíbia e Nicarágua, países aliados de Cuba. O sentimento, sem dúvida, existe. Mas os "internacionalistas" aos

quais Fidel se refere são minoria. Nada menos do que 40% dos cubanos têm idade inferior a 15 anos e não militam nas fileiras do Partido Comunista.

Há sinais evidentes de inquietação entre a juventude. Ela começa a ter seus hábitos afetados pelo convívio com os estrangeiros. Os jovens que se reúnem na sorveteria Copélia, em Havana, escutam rádios estrangeiras e queixam-se da falta do que fazer, fora dos circuitos oficiais da cultura. A forma de protesto mais utilizada por eles é de viajar nos ônibus recusando-se a pagar o preço irrisório da passagem. Também há aqueles que imitam os estilos "punk" e "heavy metal", adaptados ao clima tropical do Caribe. O que os jovens cubanos buscam é uma forma de consumo cultural que ainda não existe na ilha.

Unesco investe US\$ 1 bilhão para reconstruir Havana Velha

Havana Velha, o centro histórico da capital cubana, foi declarada Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 1982. Lá ainda existem construções dos séculos 16 (época da colonização) ao 19, que servem de moradia a aproximadamente 70 mil pessoas. Alguns destes prédios abrigam até 30 famílias. E aí reside a maior dificuldade à reconstrução histórica do lugar: 70 mil seria o número de habitantes ideal para o ano 2000; hoje, especialistas cubanos calculam que 20 mil pessoas precisariam ser remanejadas para outros locais da capital. Mas o governo ainda não sabe onde colocá-las.

De acordo com o Centro Nacional de Conservação, Restauração e Museologia (CNCRM), órgão do Ministério da Cultura, a reconstrução de Havana tem duplo sentido: para o cidadão que mora no centro histórico, trata-se da recuperação de moradias e da melhoria na sua condição de vida; para o governo, é vital ao desenvolvimento do turismo.

O governo de Cuba gasta 10 milhões de pesos anuais (o equivalente a US\$ 7,5 milhões, pelo câmbio oficial) na reconstrução de Havana. Os trabalhos iniciaram em 1960, mas tiveram resultados pouco satisfatórios na época.

Além do abandono total do patrimônio, havia, segundo o CNCRM, uma "falta de consciência generalizada" do povo, que não teria entendido que o acervo histórico fazia parte de sua "identidade cultural".

FATO SOCIAL

Nos anos 70, o governo destinou verbas específicas do orçamento à reconstrução de Havana Velha. E deter-

minou que cada órgão do Estado seria obrigado a restaurar alguns prédios, incluindo sua própria sede, a exemplo do antigo Capitólio Nacional, do Hotel Comodoro e do Convento de Santa Clara, restaurados, respectivamente, pela Academia de Ciências, pelo Instituto Nacional de Turismo (Intur) e pelo Ministério da Cultura.

"O processo de restauração deve

melhorar as condições de vida, mas respeitar as características de cada morador", afirma o arquiteto Daniel Espiniella, especialista em reconstrução de centros históricos. Espiniella trabalhou em Trinidad e Camaguey - duas cidades do período colonial já restauradas - e é o responsável pelos projetos em Havana Velha. Na opinião de Espiniella, a recomposição de um centro

histórico é um fato social: "Há uma extensa gama de atividades desenvolvidas, que vão desde a restauração detalhada e profunda (o que requer muitos anos) até a fabricação de prédios em estilo contemporâneo. Um centro histórico é vida, os moradores participam", enfatiza.

O CNCRM possui 80 especialistas, em sua maior parte arquitetos e

engenheiros. Também fazem parte do Centro profissionais licenciados em História e uma equipe de restauradores de móveis, pintura mural, têxteis, papel, livros e móveis de estilo.

Diversas entidades trabalham na reconstrução de Havana além do CNCRM. A população também participa do projeto, através das microbrigadas - espécie de mutirões. As microbrigadas realizam atividades paralelas como, por exemplo, a construção de edifícios destinados à moradia. Esses novos prédios procuram conservar as características daqueles que existiram no local em séculos anteriores.

LEGADO

O Centro Histórico de Havana Velha já recebeu US\$ 1 bilhão da Unesco desde 1982. "Foi o reconhecimento internacional do nosso trabalho", afirma Daniel Espiniella. Na sua opinião, a reconstrução das cidades de Trinidad e Camaguey incentivou a Unesco a estender sua ajuda ao projeto até 1990. Com os recursos da ONU, o CNCRM adquiriu equipamentos de laboratório e tem enviado seus técnicos para cursos de especialização na Europa.

Ainda não há uma previsão de quando Havana Velha estará totalmente restaurada. Em alguns locais, o governo pretende apenas conservar os prédios para que não caiam, deixando a tarefa de reconstrução às novas gerações. "Já não estamos mais tão desesperados. Hoje o povo compreende a importância do patrimônio histórico na vida do País", salienta Espiniella.



Prédios antigos abrigam 70 mil pessoas

APAE faz campanha para ampliar a assistência

Por Andréa Cogo

Para melhorar o atendimento aos excepcionais do estado do Rio Grande do Sul, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), lançou a campanha "Corrente do Amor", autorizada pelo Ministério da Fazenda.

Lari Ibner, presidente da APAE de Porto Alegre, diz que a campanha funciona através do pagamento de um carnê que, a cada quinze dias, dá direito à participação em sorteios. Os prêmios consistem em ranchos, automóveis, minibugs, televisores, máquinas de lavar e secar roupa e conjuntos de som. De acordo com Ibner, "serão dez meses de campanha, sendo que o último sorteio acontecerá em dois de setembro próximo".

Adão José Murovanieck, membro da diretoria da APAE de Porto Alegre, diz que a Associação é um "movimento de intenso trabalho em defesa dos interesses dos excepcionais retardados mentais, que visa congrega maior número de pessoas em torno da problemática dessa deficiência".

A entidade objetiva, através da "Corrente do Amor", ampliar as vagas nas instituições existentes, melhorar o ensino, proporcionar treinamento de professores, além de criar novas entidades onde não há APAE, bem como casas-lares para o atendimento a deficientes mentais profundos e severos, que estejam em situação de carência e abandono. Outra finalidade da "Corrente do Amor" é oportunizar campanhas de prevenção da excepcionalidade.



Mejhorar o atendimento à "pessoa limitada"

São 800 mil excepcionais em todo o Estado, sendo que destes, 25 mil recebem o atendimento necessário à reabilitação. "A APAE trabalha para resgatar o excepcional para o convívio social digno e produtivo", diz Murovanieck. E a "Corrente do Amor" irá beneficiar as 139 APAEs existentes no Rio Grande do Sul.

EXPECTATIVAS

David Berlim, diretor da

empresa que administra a campanha, declara que nos primeiros quatro meses, a "Corrente do Amor" obteve uma renda bruta de NCz\$ 162.127,28. Até agosto, Berlim prevê uma arrecadação de cerca de NCz\$ 300 milhões.

Com os fundos obtidos, a APAE pretende investir, também, na conservação das suas três escolas: o Instituto Educacional Nazaré, o Centro de Atendimento e Desenvolvimento (Cade), que funciona como centro ocupacional, e

a escola da Vila Nova. Segundo Ibner, os cerca de três mil associados da APAE pagam uma mensalidade que cobre seu próprio custo e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) cobre apenas 14% do custo-aluno dos carentes".

A Fundação de Atendimento à Pessoa Deficiente e ao Superdotado do Rio Grande do Sul (FADERS) coordena a supervisão da educação especial, trabalha a parte pedagógica e promove cursos de atualização para pro-

fessores. Ibner declara que a FADERS "ajuda muito pouco. O custo por mês, custo-aluno por mês, hoje, é de NCz\$ 50,00, e a Fundação colabora com uma taxa de 2% desse valor".

Murovanieck, por sua vez, enfatiza a necessidade de criação de novos centros de treinamento para excepcionais; "por ser esse um tipo de trabalho realizado por longo tempo com um só cliente, o que exige ampliação permanente do número de vagas".

PESSOA LIMITADA

"Excepcional" é o termo criado quando teve início o movimento apaeano, em 1954, no Rio de Janeiro, afirma Murovanieck. A doença mental é caracterizada por reações emocionais inadequadas, em padrões variáveis e grau de severidade — mais por conduta socialmente mal direcionada — e não simplesmente por um comportamento adaptativo inadequado.

A deficiência mental não é em si uma doença ou moléstia. Ela abrange ampla gama de condições que, embora geralmente causada por doenças biológicas e deficiências orgânicas, podem também resultar de complexas causas sociais e psicológicas. Sob esse aspecto, o deficiente mental pode ser considerado como a pessoa que, devido à lesão cerebral ou a um distúrbio genético no desenvolvimento do seu sistema nervoso, tem uma formação que necessita serviços especiais em sua assistência, a fim de que possa atuar com o máximo de suas capacidades.

Os Samaritanos Anônimos chegam ao século XXI

Por Andréa Licht

Faltando 11 anos para chegarmos ao ano dois mil, ainda existiriam bom samaritanos em nosso mundo? A contar pelo correr-corre das ruas, o desconhecimento e o descompromisso entre as pessoas e a constante solidão e isolamento, será muito difícil responder que sim.

Mas isso parece não valer para a AMA — Amigos Anônimos, uma verdadeira legião de voluntários que tenta mostrar que a vida deve ser vivida com amor e emoção. Esta entidade civil e filantrópica, fundada em 1971 em Porto Alegre, oferece apoio emocional, sigiloso e gratuito, às pessoas que enfrentam momentos difíceis em suas vidas.

BOATOS

Há sempre mil boatos sobre os Amigos Anônimos. Milionários que, subitamente arrependidos, decidem salvar vidas pelo telefone, suicidas detidos segundos an-

tes do gesto final, por uma palavra amiga. Nenhum deles, no entanto, saiu dos homens e mulheres que trabalham no AMA.

O Outro, seja lá quem for, é sempre sagrado, seu desabafo esquecido, seu problema respeitado. É difícil descobrir de onde vem essa convicção, pois nenhum deles é particularmente religioso ou excessivamente sentimental. A explicação mais razoável é que o trato constante com os problemas humanos, aguça seu senso de solidariedade. O segredo do seu sucesso é o silêncio que já se tornou lendário e é a base da confiança que inspiram. Coisa espantosa nos tempos de hoje.

INSTITUIÇÃO INTERNACIONAL

A instituição de samaritanos anônimos foi fundada há 35 anos atrás, na Inglaterra, pelo psicólogo Chad Varah. Ela se espalha com uma legião de 38 mil voluntários pelo mundo inteiro. Em Porto Alegre, o AMA conta com dois postos — um na Osval-



do Aranha, 1092 e o outro no 1º andar do Hospital de Pronto Socorro. Dependendo do lugar, os postos tem nomes diferentes, mas todos fazem parte dos Samaritanos.

Todo ano é realizado, na Universidade de York, na Inglaterra, um encontro entre os Samaritanos Mundiais. São oito dias de palestras e debates sobre a prevenção do suicídio, e sobre o atendimento por telefone, que atualizam métodos e permitem o intercâmbio cultural. Tudo isso é realizado sem nenhuma ajuda financeira de qualquer instituição, pois os Samaritanos Mundiais não têm nenhuma vinculação po-

lítica ou religiosa. A verba é adquirida através de doações que podem ser feitas por carnê, pedido pelo telefone 25.06.12.

GENTE COMUM

O AMA dá apoio emocional a quem precisa. A coordenadora Zélia esclarece que "a abordagem é centrada na pessoa". Ou seja, o samaritano se detém no aspecto emocional e não no problema em si. A função do amigo anônimo é estudar, prestar atenção no que as pessoas têm a dizer. O ser humano não é julgado, mas motivado a desabafar. Desta forma a pessoa se conscientiza de seus problemas, tentando partir para a solução. É uma relação de amizade, só que sem envolvimento pessoal, ou mais íntimo. Quem liga pode sempre falar com o mesmo samaritano, que está autorizado a dar seus horários, assim a conversa flui naturalmente, ambos sentindo-se mais à vontade.

Para ser plantonista, há alguns pré-requisitos, além da idade

mínima de 18 anos. Após a inscrição, o candidato passa por uma entrevista e faz quatro encontros de fim-de-semana para preparação. Só então fará um estágio, que não tem período determinado, dependendo do desenvolvimento pessoal, até chegar ao ponto de assumir por inteiro o plantão de seis horas semanais. O trabalho dos 310 plantonistas de Porto Alegre, assim como os do mundo inteiro, se realiza 24 horas por dia, 365 dias por ano. E no caso específico do AMA gaúcho, há reuniões bimensais para discussões.

Os samaritanos são gente comum. Como afirma a coordenadora Zélia, eles também trabalham, estudam, enfrentam dificuldades e levam uma vida como qualquer outra pessoa. Eles não tentam modificar o comportamento de um indivíduo, mas sim valorizam os sentimentos humanos através do entendimento integral da pessoa. Para Zélia, é fundamental que cada indivíduo se torne um processo "reconhecendo suas virtudes e os seus defeitos para ir em busca de novos valores, cada vez mais autênticos".

O hamburguer de gosto multinacional

Marilene Franck

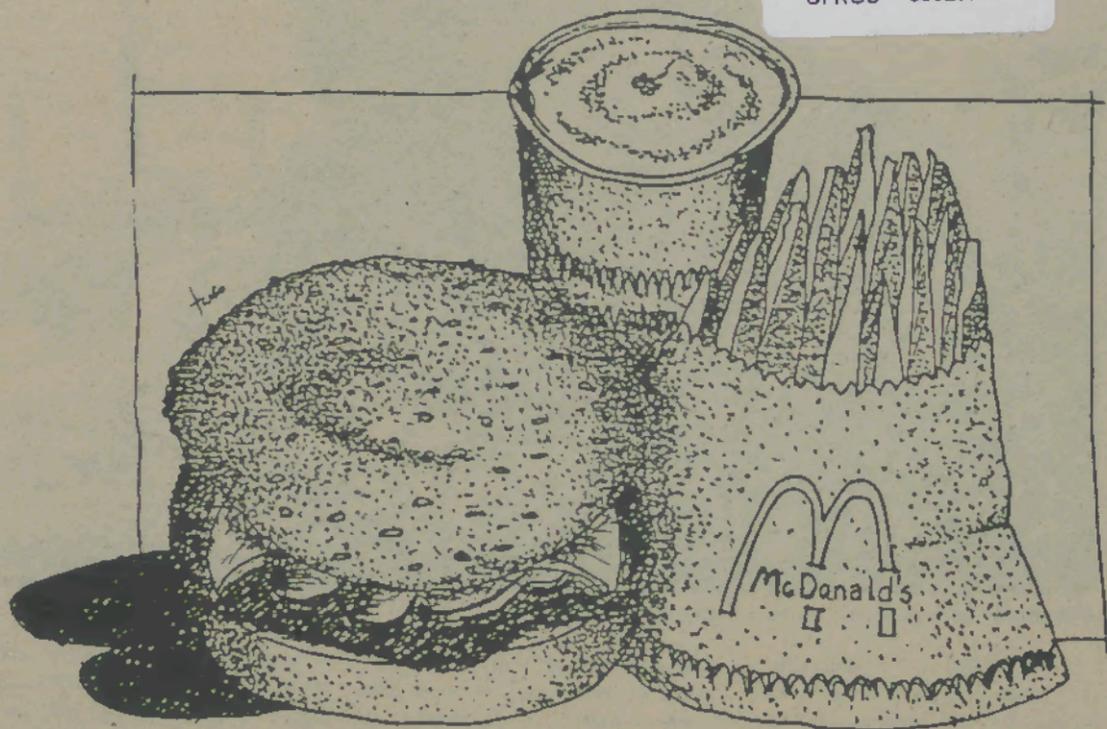
"O hamburguer é uma rodelinha de carne marrom e suada, com 98 milímetros de diâmetro, no mínimo, e de 125 a 145 gramas de peso. Atirado na chapa, pula como uma ficha de plástico. Congelado, estala como uma moeda ao bater num vidro. Depois de frito, tem, no máximo, dez minutos de vida; porém, na maioria das vezes, fica muito mais tempo nos balcões. Se o deixam degelear, começa a cheirar mal. Por isso é que, ainda congelado, jogam-no imediatamente na chapa. Depois, é recoberto com os conhecidos condimentos e ingredientes, colocado entre duas fatias de pão esponjoso e embalado em isopor".

Esta definição foi extraída no livro "Cabeça de Turco", do jornalista alemão Günter Wallraff, que, disposto a desvendar as arbitrariedades sofridas por milhões de estrangeiros que vivem na Alemanha Ocidental, passou por todo o tipo de serviço braçal. Ao ser aceito pela filial McDonald's de Hamburgo, Wallraff, travestido de turco, acabou colhendo informações que, em muito, vieram a contradizer o famoso conceito QLSV (qualidade dos produtos, limpeza das lojas, rapidez do serviço e justo valor para os preços), difundido no mundo inteiro pelo seu empreendedor Ray A. Kroc.

No entanto, a comida industrial do McDonald's continua "alimentando" mais de 22 milhões de pessoas a cada dia nos mais de 50 países onde estão instaladas o impressionante número de quase 11.000 lojas.

A técnica americana do "fast food", a comida rápida, entrou no Brasil através das mãos de Bob Falkenburg, que implantou a primeira loja da rede Bob's no Rio de Janeiro em 1952. Em abril de 1955, Ray A. Kroc, um ex-caixeiro viajante, abriu o primeiro restaurante McDonald's nos Estados Unidos, depois de adquirir a concessão de uso do sistema de preparo de hambúrgueres dos irmãos McDonald's. Hoje, são 41 lojas McDonald's (17 no Rio de Janeiro, 21 em São Paulo, uma em Brasília, uma em Belo Horizonte e uma em Porto Alegre, recentemente inaugurada), disputando o mercado brasileiro com 59 estabelecimentos Bob's espalhados pelo País.

Por trás dessa rápida expansão do ramo de "fast-food", repassado pelo regime de franquia, uma concessão para utilização da marca, há uma espécie de Constituição de Sanduíche, em que a propaganda é fundamental para o seu crescimento. "A McDonald's ainda não é a maior do Brasil em número de lojas, mas seus planos permitem antever que poderá vir



Por trás da beleza, a falta de qualidade

a ocupar a liderança do setor, já atingida em termos de faturamento", afirma Gregory Ryan, presidente da Restco Comércio de Alimentos, empresa responsável pela rede McDonald's em São Paulo e na região Sul do País.

Aliada à intensa publicidade utilizada, a cadeia está abrindo uma nova fase de expansão. Só em 89, estão previstas 12 inaugurações no País, Porto Alegre representa apenas uma fatia desse lucrativo negócio.

MESMO GOSTO

São sete opções diferentes que, combinadas com milk shakes, sundaes e tortas, transformam-se em boas fontes de nutrientes — diz o folheto "Nutrição e Qualidade no McDonald's". Há algumas razões, porém, que fazem com que tudo tenha o mesmo gosto. Segundo o jornalista Günter Wallraff, que presenciou alguns dos truques empregados no preparo dos alimentos, existe um abuso de conservantes para manter a "vida útil" do produto. "O sabor provém de numerosos aromas artificiais que são acrescentados", declara ele.

Na produção de hambúrgueres, observa Edmund Brandt, especialista da indústria de carne nos Estados Unidos, consultado por Wallraff à época da publicação do seu relato (1985), se utilizam cubos de gelo para avermelhar a carne, que não pode ser

muito magra nem muito fresca para não se despedaçar na chapa quente. É preciso, então, submeter a carne a um tratamento especial, à base de sal e proteínas líquidas. Apesar de seu aspecto perfeitamente magro, a carne de hamburguer, uma vez preparada, contém 25% de gordura.

Especialistas do mundo inteiro alertam que o "fast food" é um alimento insuficiente que pode causar sérios danos à saúde: em crianças que abusam de lanches rápidos, nutricionistas americanos diagnosticaram sinais de elevada agressividade, insônia e pesadelos. A causa: o gostoso "fast food" reduz as reservas de vitamina B-1, prejudicando o sistema nervoso.



qual a Prefeitura de Porto Alegre retardou a concessão do alvará de licença para o seu funcionamento.

BIG MAC GAÚCHO

A nova loja McDonald's, situada na Rua dos Andradas, em Porto Alegre, tem uma área de 1.200 metros quadrados, com capacidade para atender 240 clientes sentados. À frente do empreendimento está o casal gaúcho Henry Starosta Chmelnitsky, 36 anos, e Janice Kruschke Chmelnitsky, 29 anos, que dirige a H.S.C. Comércio de Alimentos.

Para a concretização do negócio, foram investidos, conforme declaração da sócia-proprietária, 1,5 milhão de dólares, entre equipamentos, instalações e treinamento de pessoal. A concessão da marca foi obtida após cinco anos de concorrência com outras 200 empresas.

Os funcionários, treinados para trabalhar em qualquer área da loja, de forma polivalente e revezada, cumprem turnos de quatro horas diárias, com dois descansos semanais. De acordo com uma funcionária, que não quis se identificar, o salário recebido por esse tipo de atividade, comum a todos os empregados (na maioria, universitários entre 16 e 22 anos), é de NCz\$ 0,41 por hora. "Um dia, fico na limpeza; outro, no caixa ou para onde me mandam ir. E é legal assim porque ninguém enoja de ficar numa função só o tempo todo", diz a funcionária com dois esfregões nas mãos, tentando esconder o crachá.

A filial de Porto Alegre conta com quatro nutricionistas, com funções meramente gerenciais, pois, segundo Janice Chmelnitsky, as "Quotas Dietéticas Recomendadas" são elaboradas pela FDA (Food and Drug Administration), órgão do governo norte-americano que controla a área de alimentação como meio de garantir a saúde pública. Este trabalho, regido por padrões estipulados pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, usa como parâmetro as necessidades nutricionais diárias de um homem adulto.

Os pães e tortas servidos nas filiais McDonald's do País são produzidos pela empresa Vali de São Paulo, associada à norte-americana Interbakes. A carne provém da Brasão paulista e os hortifrutigranjeiros, da Cooperativa Agrícola Cotia, também de São Paulo, onde trabalham agricultores especialmente treinados por técnicos americanos.

Mas os consumidores de Porto Alegre ainda não puderam avaliar esses efeitos. Muitos apenas reclamam do preço. Everton César Peixoto da Silva, por exemplo, estagiário da CEF, só frequenta o McDonald's nos fins de semana, apesar de trabalhar bem em frente ao local. Ele diz que a qualidade é ótima, mas o preço elevado demais, se comparado às outras lancherias que servem quase a mesma coisa, "com exceção, é claro, daquele pãozinho especial". O preço médio da refeição, sem o refrigerante (Teem ou Coca-Cola conforme convênio da empresa desde a sua constituição), fica em torno de NCz\$ 1,60.

Uma das maiores críticas, no entanto, se refere à demora no atendimento. Ana Paula Fonseca, estudante universitária, reclama que já ficou 25 minutos na fila aguardando o seu lanche: "Não adianta nada ter só uma fila pra pagar e receber o lanche, se o caixa leva um tempão pra calcular o preço, dar o troco e ainda buscar o pedido no balcão, onde tudo fica esfriando a olhos vistos".

Passados os primeiros dias de euforia, se percebe que nem todos aderiram à novidade em Porto Alegre. Muitos foram e não gostaram. É seco demais, "não tem gosto de nada", "é muito pequeno", "achei caro" são críticas comuns que as pessoas fazem ao "ter que encarar um lanche" no centro. Nada, porém, se compara à limpeza que tenta camuflar a falta de sanitários no local — verdadeiro motivo pelo